

**COMO ETNOGRAFAR
MOBILIZAÇÕES SOCIAIS
NA AMAZÔNIA:
AS DIFICULDADES E AS
POSSIBILIDADES**

PETER TAYLOR KLEIN

RESUMO: O uso da etnografia para estudar mobilizações sociais apresenta desafios metodológicos e éticos únicos, mas também oferece enormes possibilidades. Este artigo explora por que a etnografia é particularmente adequada para estudar mobilizações sociais, como os pesquisadores podem utilizá-la para estudar e escrever sobre mobilizações sociais e as questões, oportunidades e dilemas metodológicos que surgem ao realizar esse tipo de pesquisa na Amazônia. Argumenta-se que a etnografia é particularmente eficaz para abordar tipos específicos de questões centrais ao estudo da ação coletiva. Apesar das possibilidades e vantagens do estudo das mobilizações em perspectiva etnográfica, a etnografia apresenta um conjunto de desafios — como as dificuldades de compreender múltiplos pontos de vista, manter a confiança com diversos atores durante o conflito e enfrentar dilemas éticos relacionados à posicionalidade do pesquisador — que podem ser enfrentados por meio de abordagens e práticas específicas. Essas abordagens são especialmente úteis para lidar com os dilemas e as particularidades da pesquisa etnográfica sobre mobilizações sociais na Amazônia, onde a natureza da ação coletiva assume características próprias em razão da história de exploração da região.

PALAVRAS-CHAVE: etnografia, mobilizações sociais, Amazônia, métodos de pesquisa, Belo Monte.

Introdução

Em fevereiro de 2013, o Xingu Vivo Para Sempre, um movimento social com sede em Altamira, no Pará, que se opunha veementemente à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, publicou em seu site um vídeo de um homem admitindo ter se infiltrado como espião no grupo e em um sindicato local de trabalhadores. A construção de Belo Monte havia começado fazia menos de dois anos, em meio a uma mistura de resistência, composição e várias outras formas de mobilização social. O Xingu Vivo estava no centro dos conflitos, tentando retardar ou até mesmo suspender a construção. O homem, que havia começado a participar das atividades do Xingu Vivo alguns meses antes do incidente, foi flagrado durante a reunião anual do grupo com uma “caneta espiã”, que grava áudio em segredo. Ele aparentemente estava sendo pago pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), o conjunto de empresas responsáveis pela construção da hidrelétrica. O CCBM aparentemente queria reunir informações sobre as pessoas e ações dos grupos, com os objetivos de criminalizar lideranças e desmobilizar greves, protestos e ocupações nos canteiros de obras.

Os líderes e outros participantes do Xingu Vivo ficaram indignados com a revelação, mas de forma alguma estavam surpresos. Já pensavam havia muito tempo que o governo e as empresas responsáveis pela construção acompanhavam de perto seus movimentos e ações. Também estavam desconfiados de algumas outras pessoas e grupos da sociedade civil. A construção de Belo Monte, bem como a abordagem adotada pelo governo, criaram grandes divisões em movimentos que, de maneira geral, atuavam de forma unificada e/ou complementar. O incidente da caneta espiã, entre outros eventos, apenas aumentou a desconfiança e o ceticismo em relação aos outros, o que levou a mais divisões no âmbito da sociedade civil.

Até aquele momento, eu havia ido a Altamira — a cidade amazônica mais próxima e mais afetada pela construção de Belo Monte — em quatro ocasiões diferentes, desde 2010, e estava morando lá, como parte da minha etnografia, durante os cinco

meses que antecederam o incidente de espionagem. O Xingu Vivo me recebeu como se eu fosse um membro do grupo. Particpei de seus protestos, de suas reuniões privadas e de muitos outros eventos. Cozinhei refeições em suas dependências, dormi em redes ao lado das deles em ilhas remotas do rio Xingu e os ajudei com pequenas tarefas, como forma de retribuir a generosidade. Mas minha pesquisa etnográfica era muito mais ampla do que um projeto sobre o Xingu Vivo. Eu queria aprender sobre a mobilização social em torno da usina de maneira mais geral. Para fazer isso, fiz uma imersão na vida social e política, alugando um apartamento na parte central da cidade e trabalhando duro para desenvolver relações com vários grupos da sociedade civil, funcionários do governo e representantes de empresas privadas. Particpei de atividades com outras pessoas e grupos com os quais o Xingu Vivo não confiava e com os quais não trabalhariam.

O incidente da espionagem foi uma das várias situações que poderiam ter dificultado a continuidade do meu trabalho. Eu perderia a confiança do movimento? Como essa situação, ou outras semelhantes, mudariam meu relacionamento com outros atores no conflito? Esse momento faria com que outros se perguntassem por que eu estava lá e com quem tinha as maiores alianças? Embora, no final das contas, esse momento não tenha impedido minha capacidade de continuar realizando a pesquisa etnográfica da maneira como eu considerava mais produtiva, essa história destaca alguns dos desafios e possibilidades envolvidos na realização de pesquisa etnográfica sobre mobilizações sociais, em especial na Amazônia.

As mobilizações sociais surgem em momentos de conflito e controvérsia. Esses conflitos geralmente envolvem movimentos sociais, habitantes de um determinado lugar e outros agindo em oposição ao Estado e/ou empresas privadas alinhadas aos detentores de poder. Muitos atores — humanos e não humanos, e operando em várias escalas, desde o local até o global — estão envolvidos nesses conflitos. Nesse contexto, como os pesquisadores entendem as motivações e ações de um conjunto tão diverso de atores, especialmente quando podemos nos sentir mais alinhados com algumas posições e quando alguns comportamentos podem parecer repreensíveis

ou antiéticos? Devemos, como acadêmicos, permanecer imparciais, isentos de preconceitos e sem valores? Como os pesquisadores mantêm a confiança com múltiplos atores de diferentes lados de um conflito, especialmente quando esse conflito é particularmente tenso? Além disso, como a produção acadêmica pode refletir a realidade complicada dos conflitos sociais e políticos?

Como esta história mostra, o processo de estudar mobilizações sociais usando etnografia apresenta desafios metodológicos e éticos únicos, mas também oferece enormes possibilidades. Este capítulo utiliza principalmente exemplos de meus próprios projetos de pesquisa etnográfica, ao mesmo tempo que faz referência ao trabalho de outros, para abordar os desafios de realizar pesquisa com e sobre mobilizações sociais, a fim de explorar três questões principais. Primeira: por que a etnografia é particularmente adequada para estudar mobilizações sociais? Segunda: como devemos usar a etnografia para estudar e escrever sobre mobilizações sociais? Em outras palavras, quais são as melhores práticas etnográficas, especialmente ao examinar conflitos, controvérsias e ação coletiva? Por último: quais questões, oportunidades e dilemas metodológicos surgem ao realizar pesquisa etnográfica sobre mobilização social na Amazônia, que é diferente de estudar mobilizações sociais em outros lugares? Em outras palavras, exploro tanto as possibilidades quanto os desafios de usar a etnografia para estudar e descrever mobilizações sociais, especialmente na Amazônia.

A etnografia é uma abordagem inestimável para explorar por que as pessoas se mobilizam; quais são as estratégias ou “tecnologias” de mobilização e a eficácia das mobilizações; como as identidades das pessoas envolvidas na mobilização importam ou não; e como as pessoas fazem sentido do mundo social e político ao seu redor. Os métodos etnográficos nos ajudam a ver, entender e descrever em que consistem as relações entre diversos atores e por que essas relações importam. Além disso, a etnografia nos permite aprender como e por que as mobilizações mudam. Apesar dessas possibilidades e vantagens de estudar mobilizações sociais etnograficamente, a etnografia está cercada por desafios, que podem ser enfrentados

ao abordar a pesquisa etnográfica com um conjunto particular de abordagens teóricas e metodológicas. Para ser mais específico, uma abordagem pragmática relacional, combinada com os princípios de agnosticismo e simetria, é especialmente útil para lidar com dilemas e particularidades da pesquisa etnográfica sobre mobilizações sociais na Amazônia, onde a natureza da ação coletiva é distinta devido à história de exploração da região.

Apresentando os conceitos

Semelhante a outros textos desta coletânea de ensaios, uso o termo *mobilizações sociais* neste capítulo a fim de me referir aos processos de associação e comunicação entre atores e produzir demandas e soluções para um problema ou múltiplos problemas. Mobilizações sociais envolvem lutas ou negociações de poder e geralmente estão conectadas a intervenções e ações do Estado (Cordeiro e Silva, 2022; Miranda, 2024). Essas ações estatais costumam desencadear conflitos, que, por sua vez, podem levar a mobilizações sociais. Em outras palavras, o próprio conflito não equivale necessariamente à mobilização social. Com esse entendimento, a mobilização social é uma forma de ação coletiva que abrange uma gama mais ampla de atores e processos do que os “movimentos sociais”, podendo ser menos formalizada ou estruturada do que a maioria dos movimentos sociais e envolver tanto entidades humanas quanto não humanas, em geral incorporando múltiplas estratégias e formas de ação.¹

A etnografia é particularmente adequada para explorar e documentar a grande variedade de processos, atores e relações entre atores, em especial se entendermos a etnografia a partir do

1 Miranda (2024) defende uma abordagem etnográfica das mobilizações sociais e fornece uma explicação do desenvolvimento e dos vários usos da “mobilização social” na antropologia, particularmente em comparação com as formas como sociólogos e cientistas políticos historicamente definiram e examinaram os “movimentos sociais”.

envolvimento de múltiplos métodos de coleta e análise de dados e se entendermos a etnografia enquanto um estilo ou forma particular de apresentar esses dados. Como método de trabalho de campo, a etnografia envolve a inserção do pesquisador em determinado lugar e o uso da observação participante durante essa inserção (Adler e Adler, 2003; Luker, 2008; Rubin, 2021). Muitos projetos de pesquisa etnográfica também incorporam entrevistas informais e formais, assim como a análise de diversas formas de conteúdo impresso ou online. Essas táticas metodológicas adicionais ajudam a triangulação dos resultados (Adler e Adler, 2003). A maior parte dos dados de uma etnografia é registrada na forma de notas de campo, as quais o pesquisador então analisa utilizando diversas opções. Essa coleta e análise de dados é, por si só, uma maneira de explorar muitas questões diferentes relacionadas às mobilizações sociais, mas também entendemos a etnografia como o produto final, o texto ou a apresentação dessa pesquisa (Marcus e Cushman, 1982).

Etnografia e as questões relevantes para o estudo das mobilizações sociais

No centro de qualquer bom projeto de pesquisa em ciências sociais está uma boa pergunta ou conjunto de perguntas, e o método que o pesquisador escolhe deve ajudar a examinar a questão que está sendo formulada. Algumas perguntas, particularmente aquelas que buscam entender padrões sociais amplos, são respondidas usando métodos quantitativos, enquanto outras questões são melhor exploradas utilizando vários métodos qualitativos, incluindo trabalho de arquivo histórico, análise qualitativa de conteúdo, estudos baseados em entrevistas e etnografia. Embora qualquer um desses métodos possa ser usado para estudar mobilizações sociais, muitas das questões que interessam aos acadêmicos são melhor examinadas por meio da etnografia. Essas questões giram em torno de seis temas principais.

Primeiro, os estudiosos dos movimentos sociais, da ação coletiva e do engajamento cívico têm se interessado há muito tempo em

compreender por que as pessoas se mobilizam e como as mobilizações emergem, crescem e declinam. Em outras palavras, o que leva as pessoas, tanto no nível individual quanto no coletivo, a se mobilizarem? Uma série de questões segue a partir desse interesse geral. Como as experiências individuais com sofrimento, violência, pobreza ou violações de direitos desempenham um papel no engajamento cívico, político e social ativo com os outros? Como o conhecimento dessas situações sociais e políticas se cruza com essas experiências, para moldar o nível e a natureza da participação em ativismo e outras formas de mobilização? Um grande corpo de estudos também examina os processos estruturais e coletivos que influenciam por que as pessoas participam, incluindo o papel da cultura, da socialização e das identidades coletivas (Polletta e Jasper, 2001), a presença ou ausência de oportunidades políticas (Meyer, 2004), e os próprios movimentos sociais, incluindo os recursos que são capazes de mobilizar (McCarthy e Zald, 1977) e as maneiras como eles enquadraram suas lutas e objetivos (Benford e Snow, 2000). Além disso, para entender melhor por que as pessoas se mobilizam, também precisamos questionar o que impede as pessoas de fazerem isso, o que provoca o desengajamento ou resulta na aceitação de ações e projetos que afetam negativamente as pessoas (Eliasoph, 1998; Fillieule, 2010; Lapegna, 2016).

Todas essas questões sobre o que incentiva ou desincentiva a mobilização são melhor exploradas por meio da etnografia. O processo de participar, enquanto se observa, se escuta e se presta atenção nas ações e na linguagem das pessoas que se mobilizaram, dá ao pesquisador pistas sobre o que inspirou os indivíduos a participar, mas também nos ajuda a entender como essas motivações individuais interagem com as de outros, a fim de criar novas compreensões, objetivos e razões para a mobilização. Etnógrafos podem ver e ouvir como as pessoas discutem suas razões para participar com outros que fazem parte da mobilização, mas também podemos fazer perguntas diretamente a indivíduos ou pequenos grupos. O etnógrafo pode obter uma compreensão mais completa das maneiras como as pessoas dão sentido às suas ações, se contradizem em diferentes

contextos ou permanecem consistentes nas palavras e nas ações. Essas informações fornecem percepções mais profundas sobre por que as pessoas se mobilizam e por que outras não o fazem.

Talvez mais importante do que lançar um olhar sobre o indivíduo seja a capacidade que o etnógrafo tem de ver os processos em grupo e entender como e por que os grupos se juntam, se fragmentam e se realinham. Por exemplo, meus coautores de *The Civic Imagination* e eu fomos capazes de perceber e explicar como e por que as teorias de vida cívica dos indivíduos emergiram e se fortaleceram juntamente com os processos grupais (Baiocchi *et al.*, 2014). Da mesma forma, em meu trabalho sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte, testemunhei como as perspectivas individuais impactaram as dinâmicas em grupo e vice-versa. Aprendi as histórias individuais e pude testemunhar como essas histórias inspiraram e influenciaram não apenas suas razões individuais para participar, mas também suas interações em contextos grupais. Essas dinâmicas, por sua vez, moldaram como e por que os grupos se mobilizaram e desenvolveram as próprias identidades e perspectivas, o que teve papéis significativos nos conflitos em torno da construção da usina e seus impactos (Klein, 2022).

Em segundo lugar, além de a lente etnográfica ser uma escolha metodológica particularmente forte para obter insights sobre por que as pessoas se mobilizam, a etnografia também é capaz de fornecer entendimentos detalhados de como as pessoas se engajam na mobilização social. As etnografias de mobilização podem nos ajudar a descrever as formas que a mobilização assume e as estratégias que as pessoas usam para se engajar na esfera política e fazer exigências de maneira explícita, implícita ou subversiva. Ao observar e participar das mobilizações ao lado das pessoas, o etnógrafo não precisa apenas ouvir como os indivíduos relatam o que fizeram em uma entrevista ou como a mobilização é descrita em relatórios ou outros documentos. Em vez disso, ele vive e testemunha o processo, pode ver como as estratégias e táticas mudam e por que os indivíduos e grupos tomam decisões ao longo do caminho. Além disso, o engajamento prolongado e imerso em um campo de pesquisa abre

o pesquisador para ações e discussões que poderiam ter sido difíceis de imaginar antes de tal pesquisa. Podemos, assim, expandir o que entendemos por mobilização e ação coletiva. James Scott (1985), com talvez o exemplo mais conhecido, usou achados etnográficos para mostrar as inúmeras maneiras pelas quais os camponeses se valeram de evasão, esquiva, fofoca e outras “formas cotidianas de resistência” como estratégias de mobilização de classe.

Um terceiro conjunto de questões que interessa aos estudiosos das mobilizações sociais envolve as tecnologias de mobilização que permitem ou reprimem o protesto e a ação coletiva. Por tecnologias, entendo tanto as ferramentas físicas e técnicas usadas pelos atores envolvidos na ação coletiva quanto o significado foucaultiano de tecnologias como “métodos e procedimentos para governar os seres humanos” (Behrent, 2013, p. 55). Na primeira utilização da ideia de tecnologias, a etnografia está bem-posicionada para compreender completamente como e por que os novos movimentos sociais e outros atores usam as ferramentas analógicas e digitais para avançar seus esforços no conflito político. Simultaneamente, podemos ver como o Estado e outros em posições de poder também usam essas tecnologias para avançar seus próprios objetivos. O etnógrafo pode testemunhar e se envolver com as maneiras como os atores podem empregar tais ferramentas — independentemente de serem formas tradicionais de contar histórias, publicidade, ação direta e jornalismo, entre muitas outras, ou o uso mais recente das mídias sociais e outros caminhos inovadores para enquadrar e avançar suas causas. Em meu trabalho sobre o conflito envolvendo Belo Monte, interagi frequentemente com várias ferramentas dos atores envolvidos nas mobilizações, incluindo tirar e organizar fotografias para vários fins, ler e engajar-me com as mídias sociais, participar de protestos de rua e muito mais. Essas tecnologias, e os modos como diferentes atores interagiram com elas, destacaram o campo dos conflitos.

Considerando o uso mais amplo do termo *tecnologias*, adoto as ideias de Foucault sobre tecnologia como algo a ser criticado e também algo neutro ou até potencialmente positivo. Em seu uso crítico, as “tecnologias de poder” referem-se à forma como “os

sistemas sociais e políticos controlam, supervisionam e manipulam populações e indivíduos” (Behrent, 2013, p. 55). Em seu uso mais neutro, Foucault também invocou “tecnologias” como uma maneira de se referir a uma forma metodológica de estudar o arranjo de instituições, conhecimentos, práticas e discursos que permitem que o poder produza e crie, em vez de apenas reprimir, inibir e proibir (Behrent, 2013, p. 83-84). O exame das tecnologias, portanto, pode nos mostrar quais métodos de comunicação permitem que mobilizações, protestos e outras ações coletivas ocorram e como o conhecimento é utilizado, desenvolvido e contestado ao longo do tempo e do espaço durante e a serviço da mobilização social. Os etnógrafos estão frequentemente em posições ideais para entender as tecnologias de poder que são exercidas tanto pelo Estado, pelas elites e pelas instituições, para controlar uma dada população, quanto pelas pessoas, movimentos e outros atores, enquanto se engajam em mobilizações sociais. A etnografia é particularmente bem adequada para nos ajudar a entender como o poder é criado, mantido e desafiado, pois o etnógrafo pode observar, em detalhes, quem tem poder (em quais estágios e de que forma) e como os atores mantêm esse poder, além de documentar as estratégias que eles empregam para tentar deslocar esse poder.

Um quarto conjunto de questões para os estudiosos das mobilizações sociais gira em torno da eficácia da organização. Como os atores envolvidos em uma mobilização social são capazes de influenciar as ações de outros, tanto para mudar políticas, ganhar reconhecimento e acessar processos de tomada de decisão, quanto para obter apoio material, entre outras possibilidades quase ilimitadas? Como as mobilizações influenciam ações e decisões tomadas pelos que estão no poder, incluindo o Estado e outras elites? De maneira relacionada, como as mobilizações fazem parte da formação do Estado (Lima, 2012) e da construção ou manutenção do poder hegemônico (Bratman, 2015)? Em contraste, como o Estado influencia as mobilizações, as pessoas envolvidas em tais mobilizações e outros? As mobilizações se envolvem com o Estado de muitas maneiras diferentes e, da mesma forma, podem tanto se adaptar quanto mudar

para alinhar com a linguagem, a retórica e as práticas do Estado, em tentativas de alcançar seus objetivos, ou podem conseguir transformar a linguagem e o comportamento do Estado para alinhar melhor com a mobilização. Como, por que e em que circunstâncias esses processos de adaptação ou transformação se desenrolam?

Essas questões são centrais para o estudo da mobilização, porque tratam do sucesso ou fracasso da ação coletiva, do ativismo e dos movimentos sociais. No entanto, os “sucessos” e “fracassos” de tais organizações muitas vezes são difíceis de conhecer sem a experiência e o conhecimento do processo de mobilização. Os resultados da mobilização nem sempre aparecem como uma mudança clara de política ou outro resultado mensurável. As mudanças no Estado, nas elites e nos mobilizadores podem ser pequenas em escopo, mesmo que sejam consequentes, e as consequências mais significativas das ações podem levar anos para se materializar. Dadas as sutilezas dos impactos da ação e a longa linha do tempo, a etnografia permite ao pesquisador compreender mais plenamente de que as maneiras as mobilizações impactam os que estão no poder e aqueles que tentam perturbar o *status quo*. O etnógrafo pode observar como os atores interagem, se engajam e impactam uns aos outros em grande detalhe e ao longo do tempo.

Grande parte da minha pesquisa sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte foi exatamente sobre esse tipo de relacionamento, e fui capaz de mostrar como as ações dos grupos afetados pela barragem — por exemplo, os pescadores — foram capazes de usar uma variedade de métodos de mobilização para influenciar os atores do Estado a trabalhar em seu nome (Klein, 2022). Testemunhei, e depois descrevi no meu livro, como e por que o Estado, as empresas privadas que estavam construindo a barragem e as mobilizações mudaram suas perspectivas e agiram de maneira diferente ao longo do tempo. Só fui capaz de observar essas e outras mudanças nas ações de várias partes interessadas porque passei mais de dezoito meses em Altamira e ao redor dela, ao longo de oito anos. O tempo prolongado que um etnógrafo passa observando um conflito ou as interações entre atores em mobilização e os que estão no poder permite o reconhecimento de padrões e de dinâmicas que interrompem esses padrões.

Um quinto conjunto de questões no qual os estudiosos da mobilização têm cada vez mais interesse relaciona-se com as demografias das pessoas envolvidas nas mobilizações. Quem, exatamente, participa da ação coletiva e como suas identidades impactam a forma como elas se mobilizam? Relacionado a isso, como os ativismos estão ligados ao modo de as pessoas conceberem seu trabalho e seu modo de vida? Em uma era na qual muitas mobilizações são definidas pelas identidades dos participantes ou os objetivos da mobilização estão diretamente relacionados a influenciar ou mudar algo ligado à identidade, os estudiosos estão ansiosos para saber quem está participando e como as identidades dos participantes impactam a natureza e qualidade tanto das ações dos envolvidos quanto daqueles que são objeto dessas ações — o Estado, por exemplo (Klandermans, 2014).

Podemos saber que os objetivos dos movimentos pelos direitos das mulheres ou os que tentam reduzir os homicídios de residentes negros pela polícia têm a ver, em sua essência, com identidades de gênero e racial, mas não sabemos necessariamente quem está se engajando e, mais importante, como as suas identidades, seu trabalho ou outros aspectos de seu modo de vida importam. Investigações etnográficas sobre o papel da identidade lançam luz sobre esses tipos de questões, porque os etnógrafos compreendem como as pessoas se identificam, como usam essas identidades e como os atores dentro das mobilizações e em contato com elas pensam sobre as identidades dos outros.

Durante o meu trabalho de campo, perguntei a uma defensora pública, que apoiava as pessoas afetadas pela barragem, se via seu trabalho como ativismo. Ela respondeu dizendo que todo mundo usa as ferramentas que estão disponíveis, e isso muitas vezes está ligado às suas identidades. Comentou as maneiras como usa sua identidade de representante legal para apoiar os outros, de forma semelhante a como os indígenas podem usar sua identidade e imagens de indigeneidade enquanto ferramentas em suas lutas, e como os ativistas usam suas identidades ao protestarem na rua ou em fóruns públicos. Os etnógrafos têm um lugar privilegiado para testemunhar o modo de as pessoas utilizarem e empregarem suas várias identidades, e as

identidades dos outros, como parte de qualquer mobilização. Além disso, o comentário ambíguo da defensora pública aponta para outro ponto forte da etnografia para a pesquisa sobre mobilizações sociais: a capacidade de captar um sentido mais amplo do que significa “ativismo”, particularmente aqueles que não assumem as formas clássicas de filiação a um partido, associação ou movimento social. Nesse caso, podemos questionar e compreender se e como seu engajamento faz parte de seu trabalho, talvez por causa dele. Esse tipo de ativismo relacionado ao trabalho e outros ativismos alternativos que podem “passar sob o radar” só são captados e compreendidos por meio do trabalho etnográfico.

Por fim, a etnografia é particularmente adequada para explorar como as pessoas envolvidas na mobilização social dão sentido às suas próprias situações e ao mundo ao seu redor. Seus entendimentos e suas maneiras de agir com base nesses entendimentos podem nos dizer muito sobre a realidade da vida, as possibilidades de mudança e a motivação de suas ações. Rolemberg e Lacerda (2022) oferecem um excelente exemplo desse tipo de abordagem ao analisar de que forma os atores da mobilização social percebem o aumento da violência na Amazônia nos últimos dez anos. As maneiras como as pessoas atribuem significado ao mundo social e político ao seu redor — neste caso, a violência — nos ajudam a entender as práticas do Estado e a transformação da sociedade.

Enfrentando os desafios e dilemas da etnografia

A abordagem pragmática relacional

Embora a etnografia seja a abordagem metodológica ideal para explorar uma ampla variedade de questões sobre mobilização social, os pesquisadores que utilizam este método ainda precisam encontrar meios de explorar e entender uma complexa rede de atores — muitos deles podem não se encaixar perfeitamente em grupos predeterminados, como “o estado” ou “a sociedade civil”, e com frequência

possuem perspectivas bastante complexas, que desafiam pressupostos e categorias preexistentes —, além de lidar com contradições que surgem ao longo do tempo e do espaço. À medida que os etnógrafos prestam atenção nas experiências cotidianas das pessoas, também podem ter dificuldades em definir com clareza se as mobilizações “são bem-sucedidas” ou “fracassam”, e igualmente perceber que as definições acadêmicas de conceitos podem ser bastante diferentes de como são entendidas “no campo”. Eu argumento que uma abordagem “relacional pragmática” para estudar mobilizações sociais pode ajudar a resolver alguns desses desafios, e outros enfrentados pelos etnógrafos.²

Primeiro, a parte “relacional” dessa abordagem para examinar as mobilizações sociais sugere que muitos dos atributos das mobilizações sociais que os estudiosos exploram não são coisas possuídas por entidades específicas. Em vez disso, a perspectiva relacional argumenta que podemos encontrar as coisas que nos interessam ao observarmos as relações. Por exemplo, uma perspectiva relacional coloca o poder — uma preocupação central da pesquisa sobre mobilização — como algo que surge e existe apenas por meio das relações entre os atores. Conforme explica Mustafa Emirbayer (1997, p. 291-292), o poder — entre outros conceitos, a exemplo da igualdade, liberdade e agência — não deve ser pensado como algo que um ator ou entidade possui, mas sim como um “conceito de relação”, porque “o poder... emerge da maneira como as figurações das relações... são estruturadas e operam”. Segundo uma abordagem relacional, os etnógrafos podem observar de que modo o poder surge, é mantido e desafiado por meio das relações entre os atores. Para os estudiosos de mobilização social e política contestatória, essa

2 Embora meu objetivo não seja apresentar os detalhes de como fazer etnografia, indico os estudos de Kristin Luker (2008) e Ashley Rubin (2021). Ambos apresentam excelentes argumentos para estilos específicos de etnografia, que podem ser aplicados às mobilizações sociais. Em vez disso, nesta seção apresento uma abordagem teórico-metodológica que aborda questões ontológicas e epistemológicas da pesquisa etnográfica.

abordagem sugere observar as relações entre o Estado e a sociedade (Baiocchi, 2005, p. 17; Lavalle e Szwako, 2015).³

Em segundo lugar, o aspecto “pragmático” dessa perspectiva emerge da escola de pensamento pragmatista americana, que foi desenvolvida por filósofos como Charles S. Peirce, George Herbert Mead, John Dewey e William James, no início do século XX. O pragmatismo aborda questões fundamentais relacionadas à relação entre pensamento e ação, assim como entre mente e corpo (Gross, 2009; Joas, 1993). Os pragmatistas argumentam que as pessoas não agem simplesmente para alcançar um fim predeterminado. Pelo contrário, os fins e os meios se desenvolvem juntos em situações que também estão continuamente mudando (Emirbayer e Mische, 1998). Em outras palavras, e de maneira importante, os pragmatistas americanos veem a ação humana como ação criativa (Joas, 1993). Os pragmatistas se concentram nos processos sociais e mecanismos que explicam de que modo tais processos emergem no cotidiano e dentro das relações sociais, culturais e políticas (Gross, 2009; Joas, 1993; Tavory e Eliasoph, 2013).

Juntas, a abordagem relacional pragmática abre possibilidades significativas e ajuda a enfrentar alguns dos desafios de realizar etnografias de mobilizações sociais. Para começar, a maioria das mobilizações sociais, particularmente no início do século XXI, é composta por uma grande e complexa rede de atores, incluindo os agentes da mobilização, o Estado, outros detentores de poder, organizações não governamentais, agentes internacionais, empresas privadas, e atores não humanos e mais do que humanos. Os etnógrafos podem enfrentar problemas para desvendar essa rede e entender e documentar os papéis, posições, pontos de vista e desejos de uma gama

3 Sociólogos e outros cientistas sociais interessados em poder, engajamento cívico, movimentos sociais, ativismo e democracia têm obtido grande sucesso ao adotar uma abordagem relacional para estudar e analisar a política contenciosa (Baiocchi, 2005). Esses estudiosos examinam as relações de diversas maneiras, incluindo as relações entre categorias de identidade, entre movimentos ao longo do tempo ou do espaço, e entre mobilização e o mundo natural (Halvorsen e Rossi, 2023).

tão ampla de entidades. A abordagem relacional pragmática ajuda a resolver esse dilema, movendo o foco da atenção para longe da crença de que cada pessoa e organização detém uma perspectiva ou níveis de poder particulares e para as maneiras de as entidades interagirem e impactarem umas às outras. Dessa forma, o etnógrafo pode vir a entender a complexa rede de atores ao explorar como o poder é estruturado e como os atores podem afetar, ou falhar em afetar, outros dentro dessa rede.

Talvez mais consequente, a abordagem relacional pragmática quebra dicotomias fictícias entre conceitos como “o Estado” e “a sociedade civil” e compreensões excessivamente generalizadas de conflito enquanto algo simplesmente de dois lados, enquanto jogo de “a favor” e “contra”. Ao prestar atenção às dinâmicas entre os atores — os quais muitas vezes são vistos como parte do Estado ou como representantes da sociedade civil —, os etnógrafos podem entender que nenhuma dessas categorias conceituais é fixa. Na verdade, tanto o Estado quanto a sociedade civil são compostos por muitos atores diferentes e dinâmicos, com diferentes perspectivas, que tomam ações diferentes e podem mudar suas opiniões ou abordagens ao longo do tempo e à medida que se movem por diferentes espaços.

Atores do Estado podem funcionar como membros da sociedade civil, e ativistas e membros da sociedade civil muitas vezes se veem dentro do Estado. O ativismo, de maneira mais ampla, pode ocorrer não apenas contra o Estado, mas também dentro das estruturas e fronteiras dele (Abers e Bülow, 2011). Em outras palavras, uma abordagem relacional pragmática nos ajuda a observar rapidamente, e compreender, o modo como os atores muitas vezes cruzam as fronteiras fabricadas entre “o Estado” e “a sociedade civil”, as quais podemos então ver não serem entidades unitárias separadas entre si, inclusive no Brasil (Baiocchi, 2005; Lavalle e Szwako, 2015). Ao observar o mundo cívico, social e político das mobilizações de tal maneira, podemos direcionar nossa atenção para as complexas relações entre os atores e criar novas compreensões, e possivelmente até novas categorias de relações, que reflitam

as realidades da vida social e política. Em suma, a abordagem relacional pode ajudar os etnógrafos a permanecer flexíveis na categorização conceitual dos atores.

Essa perspectiva também encoraja o etnógrafo a entender os conflitos como mais do que apenas debates de dois lados, pois podemos ver que atores com pensamentos variados e múltiplas experiências, na realidade, frequentemente não se encaixam de forma clara em uma das duas perspectivas. Não apenas a perspectiva relacional ajuda os pesquisadores etnógrafos a ver e documentar a complexidade do conflito, mas também atrai a atenção do etnógrafo para como os atores se engajam e respondem uns aos outros. Importante mencionar que essas reações nos ajudam a entender como as mobilizações alteram as ações dos outros. Com essa atenção às relações entre os atores, a etnografia, em sua forma escrita, pode fornecer uma riqueza analítica que captura a complexidade da mobilização social e do conflito.

Por exemplo, muitos debates sobre a construção da usina Belo Monte foram resumidos de maneira simplista como tendo dois lados: “a favor” e “contra”. Embora algumas pessoas tenham se encaixado em uma dessas perspectivas, logo percebi que a realidade para a maioria dos moradores da região era mais complexa. Um grupo de pescadores que se mobilizou durante a construção, para citar um exemplo, não estava organizado para protestar contra a barragem nem apoiava sua construção. Pelo contrário, estavam buscando reconhecimento, compensação e a capacidade de participar na tomada de decisões (Klein, 2022). Além disso, alguns atores dentro do “Estado” estavam agindo em nome dos grupos afetados pela barragem e faziam isso de formas que contrastavam com outros atores estatais. De maneira relacionada, grupos que poderíamos considerar parte da “sociedade civil” eram vistos por outros membros da sociedade civil como pessoas colaborando com o Estado.

A abordagem relacional pragmática também pode ajudar os etnógrafos a entender e escrever sobre a multiplicidade de declarações e ações contraditórias de indivíduos e grupos, enquanto ainda fazem argumentos teóricos e conceituais. Embora algumas das vantagens

da exploração etnográfica de mobilizações sociais sejam a capacidade de acompanhar mudanças ao longo do tempo, notar declarações e ações contraditórias de indivíduos e grupos e, geralmente, acompanhar mudanças ao longo do tempo, essas mudanças e contradições apresentam desafios na escrita da etnografia. Afinal, um dos principais trabalhos do etnógrafo é identificar e analisar padrões ao longo do tempo e entre as pessoas (Rubin, 2021). Como os estudiosos compreendem e fazem sentido das inevitáveis mudanças e contradições que surgem durante a pesquisa? Como podemos, sendo pesquisadores da ação coletiva, fornecer uma avaliação honesta das perspectivas de indivíduos e grupos quando essas perspectivas e pensamentos estão mudando ou quando suas ações não se alinham com seus objetivos previamente declarados? Consideramos as rupturas nos padrões como exceções ou como pontos importantes a serem avaliados em profundidade?

Ao abordar a pesquisa etnográfica com uma visão relacional e pragmática em mente, e ao ver a ação humana enquanto algo criativo, podemos entender como e por que as pessoas no mundo social lidam com mudanças, desenvolvem ideias frequentemente contraditórias e agem com base nelas. Em vez de um dilema para o etnógrafo, quaisquer mudanças e contradições que observamos no campo são precisamente o que nos ajuda a entender o indivíduo, o grupo e os processos que estamos examinando. As relações dinâmicas entre os atores, o modo como o poder muda e as declarações ou ações contraditórias que observamos dos atores oferecem oportunidades para explorarmos melhor a gama de questões que interessam aos estudiosos de mobilizações sociais.

Vários etnógrafos adotaram uma abordagem “pragmática e relacional” para oferecer achados de pesquisa inovadores que contribuem para uma vasta gama de literaturas — por exemplo, as teorias da ação política —, para o debate entre agência e estrutura, cultura e religião, para as formas como o pensamento voltado para o futuro impacta a ação, e para o modo como as estratégias de mitigar os impactos ambientais de projetos de infraestrutura moldam a governança e a política, entre outros (Avant, Finn e Olsen, 2023; Klein,

2022; Mische, 2009; Smilde, 2007). Em resumo, essa abordagem relacional pragmática chama a atenção para as curiosidades centrais dos estudiosos, torna visível o que frequentemente é obscurecido por categorias conceituais predeterminadas, ajuda os pesquisadores a mapear o campo de atores sem se perderem na necessidade de saber tudo sobre cada ator, e encoraja o pesquisador a ser fiel à complexidade do que está acontecendo em determinado lugar e momento, em vez de se apegar a ideias e perspectivas desenvolvidas antes de entrar em campo.

Agnosticismo e simetria

A abordagem relacional pragmática — com seu foco nas interações e nas relações como fundamentais para as maneiras de os atores, reconhecidos como criativos e em constante mudança, desenvolverem e entenderem seus próprios interesses e objetivos — é, portanto, útil e frutífera para os etnógrafos de mobilizações sociais. Outras duas abordagens metodológicas — agnosticismo e simetria — podem ajudar ainda mais os etnógrafos a lidar com dilemas éticos que surgem ao realizar e escrever sobre a pesquisa. O processo de se embrenhar em uma comunidade e em um conflito social pode levar os pesquisadores a “tomarem partido” ou se sentirem simpáticos a alguns, mas não a outros, pontos de vista (McCurdy e Uldam, 2014). Embora seja talvez apropriado, compreensível e até inevitável, nós, como etnógrafos, podemos alcançar uma compreensão mais profunda das mobilizações, dos conflitos e do poder se abordarmos nossos locais de pesquisa e análise com uma compreensão consciente de como vamos ver e tratar o amplo e diverso conjunto de atores nesse campo.⁴

4 Meu objetivo não é entrar nos debates éticos sobre viés, explorar se devemos ou não buscar uma ciência social isenta de valores, ou discutir a “posicionalidade”. Todos esses temas são importantes e foram amplamente discutidos na literatura (Becker, 1967; Gouldner, 1961; Kham, 2024; Reyes, 2020). Em vez disso, argumento que adotar os princípios de “agnosticismo” e “simetria” pode nos ajudar melhor a compreender e escrever sobre mobilizações sociais.

Ambos os conceitos de simetria e agnosticismo surgiram da teoria do ator-rede, particularmente de estudiosos interessados no estudo da ciência e da tecnologia (Callon, 1986; Latour, 2005). Para esses estudiosos, o agnosticismo refere-se a manter uma visão imparcial em relação a cada ator — humano e não humano — envolvido em um conflito ou controvérsia. Uma ideia central do agnosticismo é evitar julgar prematuramente as maneiras como as pessoas fazem sentido do mundo social e político ao seu redor. Em vez disso, o “observador participante” (ou seja, o etnógrafo) presta atenção a como os atores estão negociando suas identidades em uma situação dada, e ele se abstém de ver qualquer ator com uma identidade fixa (Baiocchi *et al.*, 2014; Bloor, 1991; Callon, 1986). A simetria, ou “o compromisso de explicar pontos de vista conflitantes pelos mesmos termos” (Callon, 1986, p. 196), significa que o pesquisador escolhe o melhor quadro analítico para dar sentido às observações do campo e usa esse mesmo quadro para todos os atores envolvidos (Bloor, 1991). Os estudiosos que adotam essa abordagem argumentam que o agnosticismo e a simetria são centrais para o estudo do poder. Caso contrário, corremos o risco de, no melhor dos casos, falhar em conferir aos participantes de conflitos e mobilizações sua própria capacidade de raciocínio ou, no pior, agir como participantes parciais com objetivos e entendimentos predeterminados, enfraquecendo o projeto geral de construção do conhecimento. Não pretendo argumentar que o pesquisador permaneça agnóstico ou livre de opinião ou perspectiva, mas parece prudente permitir que os atores no campo — e, mais amplamente, nossos “dados” — falem por si mesmos e guiem o trabalho de campo e a análise.

Nos últimos quinze anos, meus coautores e eu, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, utilizamos essas ideias em exames etnográficos de engajamento cívico e político (Baiocchi *et al.*, 2014; Klein, 2022). Em nosso trabalho sobre engajamento cívico nos Estados Unidos, cinco de nós, de três disciplinas, examinamos etnograficamente as motivações e as estratégias utilizadas por pessoas participantes da esfera pública que queriam tornar sua cidade um lugar melhor para viver e trabalhar (Baiocchi *et al.*, 2014). Ao empregar os

princípios de agnosticismo e simetria, fomos capazes de estudar sete campos principais compostos por pessoas que tinham visões radicalmente diferentes para o futuro e para o jeito de alcançar esse futuro. Abstivemo-nos de assumir como os grupos eram semelhantes ou diferentes e por que essas semelhanças ou diferenças poderiam importar, e participamos de atividades e conversas significativas para os participantes. Nossa abordagem nos deu acesso a grupos que iam de organizações radicais de base a uma rede de elites orientadas para a tecnologia, permitindo que os atores falassem por si mesmos e revelassem descobertas surpreendentes que de outra forma não teriam surgido.

Meu próprio trabalho etnográfico sobre os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte também envolveu dezenas de indivíduos e grupos, todos com perspectivas únicas e abordagens significativamente diferentes para se engajar no mundo. Embora pudesse ter me inserido em apenas um ou dois grupos com os quais mais ou menos concordava, eu queria entender a profundidade do conflito compreendendo o maior número possível de perspectivas. Esse objetivo significava tentar manter o agnosticismo, particularmente nas fases iniciais da pesquisa etnográfica, e analisar cada ator e rede de atores com uma abordagem simétrica. Em vez de tratar atores ou espaços específicos como desinteressantes, fora dos limites da minha pesquisa ou “cooptados”, estava aberto a fazer tudo e qualquer coisa com qualquer um. É por causa dessa abordagem que momentos como o incidente de espionagem do movimento social não desviaram minha pesquisa.

Pesquisando a mobilização social na Amazônia

A utilização da sociologia relacional, pragmatismo, agnosticismo e simetria ajuda os pesquisadores, incluindo a mim mesmo, a enfrentar alguns dos dilemas e desafios fundamentais na realização de etnografias sobre mobilizações sociais. Essas abordagens tornam-se ainda mais importantes e necessárias ao considerar os dilemas adicionais na pesquisa etnográfica de mobilizações sociais na Amazônia. As

histórias particulares da região e as imagens que a Amazônia invoca tornam a realização desse tipo de pesquisa nesta região distinta da etnografia de mobilizações em outros lugares, porque essas dinâmicas impactam a estrutura da ação coletiva e do conflito político, assim como a relação dos pesquisadores com tais mobilizações. A exploração da região — que ocorreu através de grandes projetos de infraestrutura, a exemplo da construção de rodovias, hidrelétricas e mineração, bem como através de inúmeras atrocidades direcionadas às populações indígenas — fez microrregiões por toda a Amazônia enfrentarem uma série de ciclos econômicos de altos e baixos, além da devastação de comunidades nativas e recém-chegadas. As ações do Estado brasileiro e de atores internacionais, na melhor das hipóteses, desestabilizaram a vida e, na pior, dizimaram populações. No entanto, essas ações também levaram a formas particulares de organização coletiva, e algumas tiveram sucesso.

Na segunda metade do século XX, as economias extrativas expandiram significativamente pela Amazônia brasileira. O aumento do ritmo e da escala de grandes projetos de infraestrutura — como hidrelétricas, mineradoras, cultivo de madeireiras e pecuária, juntamente com a construção extensiva de estradas — aumentou a população da região, alterou a paisagem natural e devastou comunidades indígenas e outras em toda a Amazônia (Davis, 1978; Moran, 1981; Perz *et al.*, 2007). Essa extração ocorre, conforme descrito por Immanuel Wallerstein (2004), dentro de um sistema mundial exploratório, onde áreas centrais do mundo exploram regiões periféricas e semiperiféricas para expandir seu poder econômico e político. As regiões semiperiféricas, por sua vez, exploram áreas mais periféricas. Segundo Stephen Bunker (1985) mostra, a forma de extração de recursos na Amazônia fomentou o crescimento econômico e o desenvolvimento nos centros urbanos e econômicos, onde os recursos foram convertidos em produtos finais ou onde esses produtos são consumidos. As regiões-fonte, ou seja, a Amazônia, foram privadas de desenvolvimento e diversificação econômica. O resultado disso foi que esses locais se tornaram “periferias extremas”, pois suportaram os encargos desiguais e sofreram as consequências do crescimento

econômico em outras partes do país e do mundo. Ou seja, essa expansão capitalista na Amazônia, realizada pelo Estado brasileiro, com amplo envolvimento de atores internacionais públicos e privados, ocorreu à custa dos povos indígenas, de outras comunidades e do meio ambiente natural (Davis, 1978). Além disso, para atingir seus objetivos econômicos, culturais e políticos por meio da expansão de fronteiras, o Estado brasileiro — por décadas antes da ditadura e durante ela — cometeu uma série de atrocidades contra as populações indígenas, incluindo deslocamento forçado, trabalho escravo, massacres e genocídio (Baines, 1996; Beltrão, 2022).⁵

Além disso, esta exploração da Amazônia é um exemplo do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” realizado pelo governo e outras elites, apesar da retórica de que estão envolvidos no “desenvolvimento sustentável” (Bratman, 2019; Bunker, 1985). Um exemplo dos processos extrativos, exploratórios e destrutivos que levaram ao subdesenvolvimento da região é a Rodovia Transamazônica e o projeto de colonização associado da década de 1970. O projeto foi concebido para cortar a floresta e fornecer acesso mais fácil do Atlântico até a extremidade oeste do país. Além disso, ao oferecer lotes de terra para pessoas do Nordeste, essa iniciativa, segundo o presidente Médici, resolveria dois problemas: “O do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia” (Amazônia..., 1970, p. 1). O projeto intensificou a atividade federal na região e apoiou o desejo do governo de proteger as preocupações geopolíticas do país e utilizar a região por seus vastos depósitos minerais, potencial de crescimento agrícola e de madeira (Schmink e Wood, 1992). Apesar da retórica do governo — que já desconsiderava a existência dos povos indígenas —, isso deixou os migrantes

5 O Relatório Figueiredo, de 7 mil páginas, que documenta os crimes de genocídio contra povos indígenas no Brasil, foi produzido originalmente em 1967, mas ficou desaparecido até que o pesquisador Marcelo Zelic o descobriu em 2012. Para uma série de reflexões sobre o relatório e a documentação da amplitude e dos impactos das atrocidades contra grupos indígenas da Amazônia, consulte *Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais* (Beltrão, 2022).

recém-chegados com poucos recursos e muito pouca infraestrutura básica. Como resultado, grande parte da população local sofreu com o caos ambiental e social, enquanto muitas das famílias recém-chegadas enfrentaram novas e extremamente difíceis condições de vida (Lacerda, 2015; Silva, 2008; Souza, 2006).

Apesar dessas condições difíceis, e em parte devido a elas, as pessoas se engajaram em ação coletiva para desenvolver planos para pressionar o Estado a oferecer serviços básicos como saúde e educação. A Igreja Católica, por meio de suas “comunidades de base” e da “teologia da libertação”, serviu como um importante canal por meio do qual as comunidades ao longo da Transamazônica, particularmente em Altamira e pequenas cidades no entorno, se organizaram. O Partido dos Trabalhadores então emergente forneceu um importante aparato político para os residentes e ativistas produzirem demandas de forma eficaz. Como resultado, postos de saúde e escolas locais ao longo da Transamazônica foram construídos, a infraestrutura de transporte melhorou, e um campus da Universidade Federal do Estado do Pará foi aberto em Altamira, no ano de 1987 (UFPA, 2019). Além das lutas para que o Estado fornecesse as necessidades básicas, muitos moradores também estavam envolvidos na luta contra a expansão de projetos do Estado (a exemplo das hidrelétricas), principalmente porque a maioria desses planos falhava em considerar como mitigar os impactos sociais e ambientais negativos desses projetos. As hidrelétricas de Tucuruí e Balbina — ambas começaram a gerar eletricidade na década de 1980 — criaram uma série de problemas para o meio ambiente e para as comunidades locais (Fearnside, 1989). Em parte devido a esses problemas, o complexo da hidrelétrica no Rio Xingu, que mais tarde se tornaria Belo Monte, enfrentou enorme resistência — de ativistas locais, moradores e uma série de acadêmicos —, que perdurou por décadas (Sevá Filho, 2005; Magalhães e Hernández, 2009; Pinto, 2012).

A forma como as pessoas exigiram infraestrutura básica e lutaram contra projetos de grande escala ao longo da Transamazônica criou uma sociedade civil especialmente forte em Altamira e nas regiões vizinhas, e ela se engajou em mobilizações sociais organizadas e eficazes. No entanto, como se revela, as relações entre os atores

podem ser volúveis, particularmente à medida que o Estado e outros continuam a explorar a região por meio de projetos de infraestrutura. Quando a construção de Belo Monte se tornou iminente e o Estado ofereceu várias formas de apoio à população da região, a resistência unificada se desfez, dando origem a outras formas de práticas políticas, mobilização e engajamento (Klein, 2022; Bratman, 2015).⁶

A história dessa região ao longo da rodovia Transamazônica fornece um exemplo do que torna as formas de mobilização na região diferentes de outros lugares, particularmente dos grandes centros urbanos, tanto dentro do Brasil quanto fora dele. A Amazônia com frequência tem sido vista como uma região de fronteira que o Estado e outras elites geralmente ignoram até que uma oportunidade política ou econômica surja. Quando projetos como a rodovia Transamazônica, hidrelétricas como Belo Monte, operações de mineração e outras atividades extrativas se concretizam, a região torna-se mais suscetível a grandes saltos populacionais e ciclos econômicos de *booms* e quedas do que outros lugares, que são mais densamente povoados e têm economias mais diversificadas. A densidade populacional relativamente baixa significa que grandes projetos de infraestrutura e o influxo rápido de migrantes associados a esses projetos mudam a dinâmica social e política, sobrecarregam as infraestruturas já frágeis e aumentam a violência. Esses projetos e o conflito que costuma envolvê-los são inevitáveis para os residentes, estão muito presentes na vida das pessoas e transformam a região para sempre. Embora esses processos possam unir as pessoas por meio da resistência e outras formas de mobilização, também podem, muito rapidamente, dividir as pessoas, à medida que os moradores buscam oportunidades econômicas e melhor infraestrutura, algo que os defensores desses projetos prometem trazer (Lacerda, 2021).

6 Dos aproximadamente trinta bilhões de reais gastos na construção da hidrelétrica de Belo Monte, quase quatro bilhões de reais foram destinados a programas destinados a mitigar os impactos sociais e ambientais negativos da construção da barragem; a criar e a apoiar projetos de “desenvolvimento sustentável” na região; e a instituir novos espaços participativos de tomada de decisão.

Embora as ações do Estado possam dividir as pessoas e alterar o cenário social e político mais amplo de diversas maneiras, a mobilização social continua em muitas formas. Como e por que a mobilização social na Amazônia muda — às vezes de modo sutil, outras vezes de modo significativo — pode ser explorado e compreendido particularmente bem por meio da pesquisa etnográfica.

Além disso, a Amazônia tem capturado a imaginação de pessoas ao redor do mundo, levando a visões homogêneas, simplificadas e, às vezes, distorcidas da região. Muitas das histórias e retóricas sobre a Amazônia — incluindo a noção de Médiçi da Amazônia como um terreno vazio, a visão da floresta amazônica como os “pulmões do mundo”, os argumentos da direita sobre a ameaça de influência estrangeira na Amazônia como uma ameaça à soberania nacional, entre outros — têm apoiado as práticas do Estado que priorizam a extração e as preocupações geopolíticas em detrimento das questões locais sociais e ambientais (Amorim e Peyerl, 2024). Volumes recentes de estudos têm destacado e criticado essas e outras noções incorretas ou parciais sobre a Amazônia (Beltrão e Lacerda, 2017; Cordeiro e Silva, 2022). Eles também mostram como o conflito e a mobilização foram moldados, em parte, por essas visões da região. Através de explorações etnográficas das mobilizações sociais, esses estudiosos estão ajudando a reformular as ideias sobre a Amazônia e ampliar a fala das pessoas que lá vivem.

Não só a demografia, a história de extração e as imagens da Amazônia impactam as mobilizações sociais, mas essas dinâmicas também levantam dilemas e questões sobre a ética da realização de etnografia em tais lugares. De que modo os estudiosos podem evitar agir como mais uma fonte de exploração? De que maneira, nós, etnógrafos, estamos extraindo informações, tempo e conhecimento, entre outras formas de recursos, para avançar em nossas próprias carreiras, as quais muitas vezes estão sendo desenvolvidas em outras partes do país ou do mundo? Embora nossas intenções possam ser boas e possamos sentir que estamos contando histórias de injustiça com a esperança de promover uma mudança social positiva, podemos, ainda assim, estar produzindo uma forma de

violência. Essa realidade leva a perguntas adicionais sobre o que, no papel de pesquisadores, devemos às comunidades que nos permitem observá-las? O que devemos devolver e como fazemos isso? Embora essas perguntas estejam sempre na minha mente, não afirmo ter todas as respostas. Tenho tentado abordá-las de pequenas maneiras: apresentando meu trabalho nos lugares onde realizei pesquisas, escrevendo as etnografias com cuidado e com a intenção de honrar os participantes e deixar suas vozes se expressarem, ou apoiando grupos durante o trabalho de campo. Esse apoio assumiu muitos modos diferentes, como simplesmente tirar e compartilhar fotografias de eventos importantes, ajudar com a presença online e nas redes sociais de grupos, e oferecer outras formas de expertise ao meu alcance. Outras abordagens para realizar o trabalho etnográfico, como a pesquisa-ação participativa (a qual permite que as comunidades participem de projetos de pesquisa e até os liderem), também devem ser apoiadas e celebradas (McIntyre, 2007).

Considerações finais

Os desafios filosóficos e teóricos de fazer etnografia que abordei neste capítulo são ampliados pelos muitos recursos necessários, incluindo uma grande quantidade de tempo, compromisso, financiamento e habilidades sociais, entre outros. No entanto, quando feita corretamente, a utilização de abordagens etnográficas para entender as mobilizações sociais supera as fraquezas das visões positivistas mais amplamente aceitas sobre como chegamos a entender o mundo. A etnografia nos permite apoiar uma variedade de atores sociais e políticos no mundo. Temos a possibilidade de ampliar a fala e ações das pessoas, particularmente aquelas que são excluídas dos espaços de poder, para mostrar aos outros por que as ideias e perspectivas que esses indivíduos têm sobre o mundo são importantes e valiosas. E podemos realizar essa pesquisa e documentação sem desconsiderar e sem pressupor as intenções daqueles que têm mais poder e que são ou não parte do Estado.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, [s. l.], v. 13, p. 52-84, 2011.
- ADLER, Patricia A.; ADLER, Peter. The Promise and Pitfalls of Going into the Field. *Contexts*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 41-47, 2003.
- AMAZÔNIA, horizonte do nordestino. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1970.
- AMORIM, Bruna Eloy de; PEYERL, Drielli. The Brazilian Amazon and the Sovereignist Discourse: Old and New Storylines. *Opinião Pública*, v. 30, p. e30119, 2024.
- AVANT, Deborah; FINN, Devin; OLSEN, Tricia D. Can CSR strategy mediate conflict over extraction? Evidence from two mines in Peru. *World Development*, [s. l.], v. 170, p. 106323, 2023.
- BAINES, Stephen Grant. A Resistência Waimiri-Atroari Frente ao 'Indigenismo de Resistência.' *Série Antropologia*, [s. l.], v. 211, 1996.
- BAIOCCHI, Gianpaolo. *Militants and Citizens: The Politics of Participatory Democracy in Porto Alegre*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2005.
- BAIOCCHI, Gianpaolo *et al.* *The Civic Imagination: Making a Difference in American Political Life*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.
- BECKER, Howard S. Whose Side Are We On? *Social Problems*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 239-247, 1967.
- BEHRENT, Michael C. Foucault and Technology. *History and Technology*, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 54104, 2013.
- BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (orgs.). *Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2017.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, [s. l.], v. 26, p. 611-639, 2000.

- BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- BRATMAN, Eve. Passive revolution in the green economy: activism and the Belo Monte dam. *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 61-77, 2015.
- BRATMAN, Eve Z. *Governing the Rainforest: Sustainable Development Politics in the Brazilian Amazon*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1985.
- CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, John (org.). *Power, Action, and Belief: A New Sociology of Knowledge?* Londres: Routledge, p. 196-233, 1986.
- CORDEIRO, Manuela; SILVA, Katiane. Apresentação do dossiê - conflitos, práticas estatais e mobilização social na Amazônia contemporânea. *Anuário Antropológico*, [s. l.], v. 47 n. 1, p. 10-18, 2022.
- DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Tradução: Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ELIASOPH, Nina. *Avoiding Politics: How Americans Produce Apathy in Everyday Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, [s. l.], v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- EMIRBAYER, Mustafa; MISCHÉ, Ann. What is Agency? *American Journal of Sociology*, [s. l.], v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.
- FEARNSIDE, Philip M. Brazil's Balbina Dam: Environment versus the legacy of the pharaohs in Amazonia. *Environmental Management*, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 401-423, 1989.
- FILLIEULE, Olivier. Some Elements of an Interactionist Approach to Political Disengagement. *Social Movement Studies*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1-15, 2010.
- GOULDNER, Alvin W. Anti-Minotaur: The Myth of a Value-Free Sociology. *Social Problems*, [s. l.], v. 9, p. 199-213, 1961.

- GROSS, Neil. A Pragmatist Theory of Social Mechanisms. *American Sociological Review*, [s. l.], v. 74, n. 3, p. 358-379, 2009.
- HALVORSEN, Sam; ROSSI, Federico M. Relational Approaches to Social Movements in (and beyond) Latin America. *The Oxford Handbook of Latin American Social Movements*, [s. l.], p. 70, 2023.
- JOAS, Hans. *Pragmatism and Social Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- KHAM, Sai Htong. Outsider From Within, Insider From Without: Negotiating Researcher Positionality in Comparative Social Research. *International Journal of Qualitative Methods*, [s. l.], v. 23, 2024.
- KLANDERMANS, Bert. Identity Politics and Politicized Identities: Identity Processes and the Dynamics of Protest. *Political Psychology*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 1-22, 2014.
- KLEIN, Peter Taylor. *Flooded: Development, Democracy, and Brazil's Belo Monte Dam*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2022.
- LACERDA, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, "luta" política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- LACERDA, Paula. Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil. *Etnográfica*, [s. l.], v. 25, n. 3, 2021.
- LA ROVERE, Emilio L.; MENDES, Francisco E. *Tucuruí Hydropower Complex, Brazil, A WCD Case Study*. Cape Town: WCD Case Study, 2000.
- LAPEGNA, Pablo. *Soybeans and Power: Genetically Modified Crops, Environmental Politics, and Social Movements in Argentina*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, [s. l.], v. 21, p. 157-187, 2015.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Apresentação dossiê Fazendo Estado: o estudo antropológico das ações governamentais como parte

- dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, [s. l.], v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012.
- LUKER, Kristin. *Salsa Dancing into the Social Sciences: Research in an Age of Info-Glut*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa; HERNÁNDEZ, Francisco del Moral (orgs.). *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Painel de Especialistas sobre a Hidrelétrica de Belo Monte*, Belém, 2009.
- MARCUS, George E.; CUSHMAN, Dick. Ethnographies as Texts. *Annual Review of Anthropology*, v. 11, p. 25-69, 1982.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, [s. l.], v. 82, n. 6, p. 1.212-1.241, 1977.
- MCCURDY, Patrick; ULDM, Julie. Connecting Participant Observation Positions: Toward a Reflexive Framework for Studying Social Movements. *Field Methods*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 40-55, 2014.
- MCINTYRE, Alice. *Participatory Action Research*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2007.
- MEYER, David S. Protest and Political Opportunities. *Annual Review of Sociology*, [s. l.], v. 30, p. 125-145, 2004.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. 2024. Por uma abordagem etnográfica das mobilizações sociais, dos conflitos e das políticas públicas. *Cuadernos de Antropología Social*, [s. l.], n. 59, p. 7-25, 2024.
- MISCHE, Ann. Projects and Possibilities: Researching Futures in Action. *Sociological Forum*, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 694-704, 2009.
- MORAN, Emilio. *Developing the Amazon*. Bloomington, In: Indiana University Press, 1981.
- PERZ, Stephen G. et al. Unofficial Road Building in the Amazon: Socioeconomic and Biophysical Explanations. *Development and Change*, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 529-551, 2007.
- PINTO, Lúcio Flávio. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 777-782, 2012.

- REES, Victoria. *Ethnographic Toolkit: Strategic Positionality and Researchers' Visible and Invisible Tools in Field Research*. *Ethnography*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 220-240, 2020.
- ROLEMBERG, Igor; LACERDA, Paula. Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos. *Anuário Antropológico*, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 87-106, 2022.
- RUBIN, Ashley T. *Rocking Qualitative Social Science: An Irreverent Guide to Rigorous Research*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2021.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested Frontiers in Amazonia*. Nova York: Columbia University Press, 1992.
- SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven, CT: Yale University Press, 1985.
- SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo (org.). *Tenotã- Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. *Mulheres migrantes na transamazônica: construção da ocupação e do fazer política*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- SMILDE, David. *Reason to Believe: Cultural Agency in Latin American Evangelism*. Berkeley, CA: University of California Press, 2007.
- SOUZA, Ana Paula Santos. *O desenvolvimento socioambiental na transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes*. 2006. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- TAVORY, Iddo; ELIASOPH, Nina. Coordinating Futures: Towards a Theory of Anticipation. *American Journal of Sociology*, [s. l.], v. 118, n 4, p. 1-35, 2013.
- UFPA. Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira. *Histórico do Campus*. 2019. Disponível em: <https://altamira.ufpa.br/index.php/historico.html>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, NC: Duke University Press, 2004.